

Manual Técnico de Implementação das Tabelas Processuais Unificadas (TPU)

1. Introdução

As Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), têm como objetivo padronizar a classificação de **assuntos** e **movimentações processuais** em todos os tribunais do país. Este manual técnico fornece orientações detalhadas, fluxogramas e procedimentos operacionais para que servidores implementem corretamente as TPU nos sistemas processuais eletrônicos e fluxos internos de trabalho.

2. Objetivos do Manual

- Garantir a correta aplicação das TPU nos sistemas judiciais.
- Padronizar procedimentos de classificação processual.
- Reduzir inconsistências e divergências entre unidades judiciais.
- Facilitar a interoperabilidade entre sistemas e órgãos do Judiciário.

3. Estrutura das Tabelas Processuais Unificadas

3.1. Tabela de Assuntos

Classifica o **tema jurídico principal** do processo.

Exemplo de hierarquia:

- Direito Civil
 - Família
 - Divórcio Consensual

Cada item possui:

- **Código numérico** (ex.: 1246)
- **Descrição** (ex.: Divórcio Consensual)
- **Nível hierárquico** (macrotema → subtema → assunto específico)

3.2. Tabela de Movimentações

Classifica os **atos processuais** realizados no curso do processo.

Exemplo:

- Código: 385
- Descrição: Sentença proferida

4. Responsabilidades dos Servidores

Função	Responsabilidade
Gestor de TI	Integrar as TPU ao sistema processual eletrônico.
Servidor de Secretaria	Selecionar corretamente os códigos de assunto e movimentação.
Chefia de Unidade	Validar a aplicação das tabelas e supervisionar a padronização.
Equipe de Capacitação	Treinar servidores e atualizar materiais de apoio.

5. Procedimentos Técnicos de Implementação

5.1. Etapa 1 – Obtenção das Tabelas Oficiais

1. Acessar o portal do CNJ: cnj.jus.br/tpu
2. Baixar as versões mais recentes das tabelas de **Assuntos e Movimentações**.
3. Armazenar os arquivos em diretório institucional controlado.
4. Registrar a data e versão do documento baixado.

5.2. Etapa 2 – Integração ao Sistema Processual

1. Importar os arquivos das TPU para o banco de dados do sistema (PJe, e-SAJ, Projudi, etc.).
2. Mapear os campos correspondentes:
 - Campo “Assunto Principal” → Tabela de Assuntos
 - Campo “Movimentação” → Tabela de Movimentações
3. Configurar validações automáticas para impedir códigos inexistentes.
4. Testar a exibição hierárquica dos assuntos e a busca textual.

5.3. Etapa 3 – Treinamento e Comunicação Interna

1. Elaborar material de apoio com exemplos práticos.
2. Realizar oficinas de capacitação com servidores.
3. Disponibilizar canal de dúvidas (e-mail ou intranet).
4. Atualizar periodicamente os treinamentos conforme novas versões do CNJ.

5.4. Etapa 4 – Aplicação no Cadastro Processual

1. No momento do cadastro de um novo processo:
 - Identificar o ramo do direito.
 - Selecionar o assunto principal e, se necessário, assuntos complementares.
2. Durante o andamento processual:
 - Registrar cada ato com o código de movimentação correspondente.
3. Validar o preenchimento antes de finalizar o registro.

5.5. Etapa 5 – Auditoria e Atualização

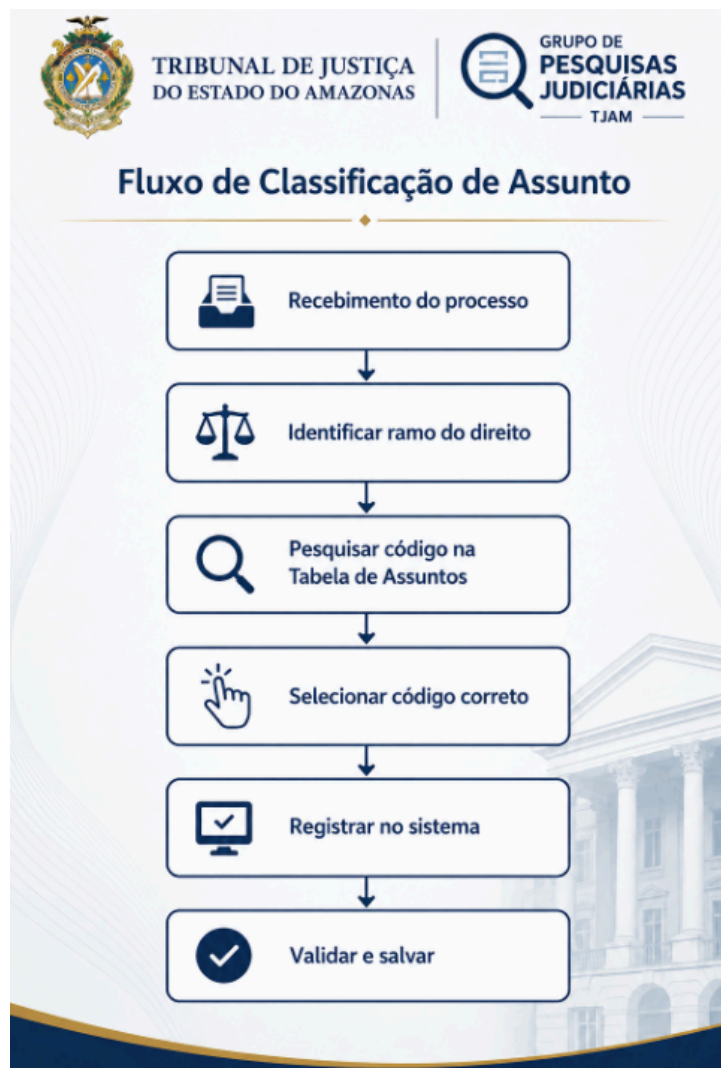
1. Realizar auditorias trimestrais para verificar a consistência dos códigos.
2. Corrigir classificações incorretas.
3. Atualizar o sistema sempre que o CNJ publicar nova versão das TPU.
4. Documentar todas as alterações realizadas.

6. Fluxogramas Operacionais

6.1. Fluxo de Implementação das TPU



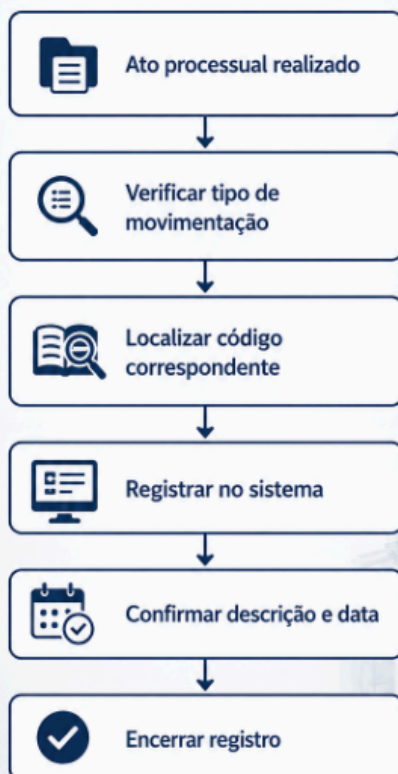
6.2. Fluxo de Classificação de Assunto



6.3. Fluxo de Registro de Movimentação



Fluxo de Registro de Movimentação Processual



7. Orientações Específicas

7.1. Padronização de Termos

- Utilizar sempre a descrição oficial da TPU.
- Evitar abreviações ou termos locais.
- Conferir a hierarquia completa antes de selecionar o código.

7.2. Controle de Versões

- Registrar a versão da TPU em uso no sistema.
- Atualizar automaticamente quando houver nova publicação do CNJ.
- Manter histórico das versões anteriores para auditoria.

7.3. Erros Comuns e Soluções

Erro	Causa Provável	Solução
Código inexistente	Tabela desatualizada	Atualizar a base de dados
Assunto incorreto	Seleção manual equivocada	Revisar hierarquia e descrição
Movimentação duplicada	Registro repetido	Excluir duplicidade e revisar fluxo

8. Conclusão

A implementação correta das Tabelas Processuais Unificadas é essencial para a uniformização e eficiência do sistema judicial brasileiro. Este manual técnico fornece as diretrizes necessárias para que servidores executem o processo de forma padronizada, segura e alinhada às normas do CNJ, garantindo integridade e confiabilidade nas informações processuais.